

UNESP CIÊNCIA

INCLUSÃO É UM DESAFIO

• Edição 63

May 1, 2015



Texto, entrevistas, reportagem e ensaio fotográfico focam o tema

A escolarização do estudante

Vera Lúcia Messias Fialho Capellini

Este texto tem como objetivo refletir sobre a escolarização do aluno com síndrome de Down, lembrando que 21 de março é o Dia Internacional da Síndrome de Down, porque esta data se escreve como 21/3 (ou 3-21), o que faz alusão à trissomia 21.

A síndrome de Down (trissomia 21) é um acidente genético ocorrido no momento da concepção em 95% dos casos, ou seja, uma condição cromossômica causada por um cromossomo extra no par 21. Mulheres com mais de 35 anos têm maior probabilidade de gestar um bebê com alterações cromossômicas como a síndrome de Down. A síndrome de Down foi descrita pelo médico inglês John Langdon

Down, em 1866. Em 1959, Jérôme Lejeune descobriu que a causa da síndrome era genética.

A escolarização é uma etapa fundamental no desenvolvimento integral do ser humano.

Os alunos com esta síndrome têm características físicas parecidas, apresentam deficiência intelectual e podem ser acometidos por algumas doenças. Todavia, cada indivíduo, com a síndrome de Down ou não, é único. Quase sempre a gravidade dos sintomas é inversamente proporcional ao estímulo ofertado durante a infância.

Isto posto, cabe uma pergunta. Onde deve estudar um aluno com síndrome de Down?

Não temos uma resposta única, pois a legislação brasileira prevê a escolarização na classe comum, bem como em escolas especiais. Entretanto, as evidências científicas apontam que o ambiente mais adequado para a escolarização do aluno com síndrome de Down é a classe comum.

Não podemos ser ingênuos e acreditar que a inclusão escolar de alunos com deficiência, adolescentes e adultos segregados por diversos anos, seja sempre tranquila; ademais, a conjuntura brasileira, nem sempre favorece que a legislação se materialize a contento no cotidiano escolar. Contudo, a literatura (MENDES, 2010) aponta que o início da escolarização na classe comum, desde a educação infantil, tem sido mais efetivo, visto que aprendemos na interação com o outro.

O aluno com síndrome de Down de 20 anos atrás era menos inteligente que o aluno com a mesma síndrome hoje? Não. É que ao aluno atual é dada oportunidade de aprendizagem, de acessar os conhecimentos produzidos pela humanidade; antes a eles era apenas atribuído treinamento de habilidades de vida diária, pois eram rotulados como não educáveis. No contexto atual já temos pessoas com síndrome de Down na universidade.

A Educação é instrumento por excelência de emancipação das pessoas. Isso não é diferente para alunos com síndrome de Down. Afora transmitir conhecimentos acadêmicos, a escolarização é uma etapa fundamental no desenvolvimento integral do ser humano. Conviver com pessoas de diferentes origens e formações em uma escola comum, com uma perspectiva inclusiva favorece o desenvolvimento pleno de todas as capacidades das pessoas com síndrome de Down.

Entrevista com anna augusta sampaio de oliveira

Jessica Miwa

Jessica Miwa, do Núcleo de Educação a Distância da Unesp, conversou com a professora Anna Augusta Sampaio de Oliveira, especialista de Educação Inclusiva da Unesp de Marília e do programa Redefor Educação Especial e Inclusiva, para conhecer um pouco mais sobre a realidade de quem possui o cromossomo extra.

Por que trabalhar com a Educação Inclusiva e, em especial, com crianças com síndrome de Down?

Anna Augusta: Conforme eu fui desenvolvendo minhas pesquisas, foquei na área da deficiência intelectual, principalmente porque ela faz uma interface com a questão do fracasso escolar, que sempre foi de meu interesse. Dentro da área, a síndrome de Down é recorrente e a questão da educação inclusiva é uma grande conquista para a área. Então, como docente da Unesp de Marília, atuei com estágio supervisionado, práticas de ensino na formação de professores da área de deficiência intelectual, trabalhando diretamente com a síndrome de Down.

Como esse trabalho era realizado?

Anna Augusta: Nós mantínhamos um grupo de atendimento de crianças, jovens e adolescentes com síndrome de Down. O objetivo era a formação de professores ligados à Unesp, e nós trabalhávamos em uma unidade auxiliar da Faculdade de Marília, no Centro de Estudos da Educação e Saúde – CEES, onde era possível desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária. Assim, crianças matriculadas na rede municipal de ensino recebiam apoio pedagógico vinculado às ações de formação de professores por meio do estágio supervisionado, e eram oferecidas orientações, tanto às famílias quanto aos professores, e a intervenção direta com as crianças. Sempre na perspectiva pedagógica, é claro.

A síndrome de Down exige uma atenção mais específica das políticas públicas

Por que o Dia Internacional da síndrome de Down é importante?

Anna Augusta: Essas datas nos possibilitam chamar a atenção da sociedade para o assunto. Embora hoje a síndrome de Down já seja mais conhecida socialmente e já tenha uma aceitação melhor, ainda faz parte de um grupo minoritário dentro do ponto de vista social – que exige uma atenção mais específica das políticas públicas.

Quais são as políticas públicas necessárias para inclusão efetiva?

Anna Augusta: É preciso atenção tanto na área de educação e de saúde, como também na orientação às famílias, principalmente àquelas que acabam de gerar seus filhos com síndrome de Down, para que elas tenham o conhecimento de que o desenvolvimento, a aprendizagem e a inserção na vida social são possíveis. Isso

é muito importante para que o potencial dessas crianças não seja subestimado. As possibilidades são infinitas.

Quais são as principais conquistas do grupo que merecem comemoração?

Anna Augusta: Uma grande conquista é perceber que esses jovens, embora possam ter alguma dificuldade específica no seu desenvolvimento, têm potencial para aprender tanto quanto qualquer um de nós. Nós começamos a ter políticas mais direcionadas a eles na perspectiva mais inclusiva. Ou seja, eles estão nas escolas comuns, já desde a educação infantil, o que possibilita uma atuação pedagógica mais interativa. Além disso, a concepção que a sociedade tem hoje da síndrome de Down é muito mais aberta do que tínhamos há vinte anos. Então, hoje eles participam de grupos de teatro, música, escolas comuns, alguns têm acesso inclusive ao ensino universitário.

É preciso um estímulo contínuo, planejado, sistemático, que se dê em todas as esferas

E quais são as lutas atuais para dar continuidade à inclusão do grupo?

Anna Augusta: Embora tenha sido um grande ganho a inclusão de pessoas com síndrome de Down nas escolas, ainda temos situações muito difíceis a serem enfrentadas. Desde a questão estrutural, até a questão de formação de professores e de disponibilização de materiais. Às vezes elas passam cinco anos no ensino fundamental sem aprender a ler e a escrever, e não há nada que justifique isso relacionado à síndrome. A postura pedagógica, a preparação do professor, o sistema de apoio para que ela se alfabetize precisam ser trabalhados para garantir efetividade no atendimento às necessidades específicas. Não basta estar na escola, é preciso ter qualidade. Outro ponto muito frágil é o final da escolarização e a passagem para a vida adulta. Nem todas possuem a mesma oportunidade. Algumas poderão, sim, ascender até o ensino superior, com apoio, como nós temos visto. Mas isso são poucas. Nós precisamos olhar como será feita a passagem da escola para o trabalho e o que será ofertado para este adolescente cuja condição intelectual, muitas vezes, não permite o acesso ao ensino superior. Então, é preciso pensar em programas que lhe permitam avançar em seus conhecimentos. Às vezes eu olho para a síndrome de Down e tenho a impressão de que dentro de um determinado estrato econômico os portadores da síndrome estão bem, porque eles contam com o apoio de recursos familiares. Mas aqueles que não têm essa condição econômica mais favorável passam por dificuldades intensas. Inclusive suas famílias, no sentido de não saberem que direcionamento dar à vida de um jovem com vinte anos, por exemplo. Aí temos uma grande lacuna a ser pensada.

Assim como toda a população, a Educação Inclusiva também sofre com a desigualdade social. O que é preciso ser feito?

Anna Augusta: Quando nós falamos na deficiência como um todo, e assim também na síndrome de Down, é preciso pensar que as pessoas precisam de um trabalho específico que lhes possibilite desenvolver todo o seu potencial, inclusive da sua intelectualidade. Então, o apoio da família, da escola e dos atendimentos clínicos é favorecedor ao desenvolvimento desta população com síndrome de Down, para que essas pessoas consigam alcançar níveis superiores de pensamento e ação. Isto é plenamente possível com processos de mediação adequados, os quais devem ser ofertados por programas públicos de atendimento em educação e saúde, objetivando diminuir as diferenças impostas pela própria desigualdade social.

Existem limites?

Anna Augusta: Não sabemos, assim como em relação a qualquer criança, exatamente o quanto de potencial tem a ser desenvolvido. Então é preciso um estímulo contínuo, planejado, sistemático, que se dê em todas as esferas de suas necessidades. E nem sempre conseguimos manter, nas políticas nacionais, esta continuidade do atendimento à criança para que ela possa se tornar um jovem preparado para uma vida autônoma.

Quais são os bônus e ônus de trabalhar com a Educação Inclusiva?

Anna Augusta: É realmente muito gratificante perceber o quão satisfatório é, para uma criança, estar junto com as outras. Brincando, conversando, estudando. É muito bacana você conhecer um professor que muda a sua concepção em relação a esta criança, investe e trabalha com ela. A satisfação é enorme em ver um trabalho bem conduzido. Entretanto o ônus é muito grande também. Às vezes a criança não avança e não é porque ela não tem condições, mas porque o sistema não lhe permite. É difícil conseguir atendimento pelo Sistema Único de Saúde de fonoaudiologia, psicologia, fisioterapia, por exemplo. E isso acaba por prejudicar o seu desenvolvimento escolar. É preciso investir um pouco mais nessa relação entre educação e saúde com foco nas crianças na faixa escolar. Também precisamos que as políticas de suporte educacional especializado sejam mais diretas e deixem mais clara a função que o professor especializado deve exercer em articulação como toda a escola. Porque, às vezes, as funções se confundem e se perde um espaço precioso para o estímulo pedagógico especializado e complementar para que se possa garantir a esta população com SD o seu desenvolvimento pleno e sua trajetória escolar com sucesso.

Trabalho de intervenção pedagógica é extremamente importante

Maristela Garmes

Mariana Aparecida Campos Dias, aluna do 3º ano do curso de Pedagogia da Unesp de Bauru, durante o estágio curricular na escola particular Colégio Alfa, em Bauru, interior de São Paulo, conheceu o estudante com síndrome de Down Arthur Bento e Souza, atualmente com 11 anos, e as formas utilizadas em seu processo de escolarização.

É importante que os professores e alunos se adaptem ao meio em que a criança inclusa está inserida.

Envolvida com a história do aluno, Mariana resolveu desenvolver seu Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) tendo como objeto o estudo de caso do estudante. Mariana explica que diante desta experiência e por se sentir muito motivada ao trabalho com atividades lúdicas (como jogos e brincadeiras), resolveu unir as dificuldades observadas no estágio com o tema ludicidade. “A ideia foi desenvolver um projeto de intervenção sistematizado, visando verificar e descrever o resultado do trabalho desenvolvido, considerando a aprendizagem do estudante com síndrome de Down”, conta.

O objetivo da pesquisa é avaliar quais são os efeitos das atividades pedagógicas, organizadas de maneira lúdica, na aprendizagem dos alunos com a síndrome. Para Mariana, o aluno com Down aprende com mais lentidão, leva mais tempo que o convencional. Segundo ela, devemos partir do que a criança já sabe. “Ela pode se desenvolver por meio das atividades que chamem sua atenção, inserindo nesse universo o trabalho lúdico.” Com relação ao trabalho do professor, “o planejamento das aulas na classe comum não deve ser diferente, pois ele deve atender a todos”. É importante que os professores e os alunos se adaptem ao meio em que a criança inclusa está inserida. “Sabemos das dificuldades encontradas, portanto é necessário que o professor faça um trabalho diferenciado com esse educando”, reforça.

“Todo o trabalho deve ser desenvolvido aos poucos, não existe uma receita para isso. Devemos saber de todas as dificuldades que iremos encontrar.” Para tanto, o trabalho deve ser conjunto, com apoio de profissionais que acompanham o aluno, como a terapeuta ocupacional, a fonoaudióloga, entre outros profissionais.

Para a orientadora do projeto, a professora Vera Lúcia Messias Fialho Capellini, coordenadora do curso de Especialização em Educação Especial do Núcleo de Educação a Distância da Unesp (NEaD), a importância do trabalho de Mariana se dá primeiro devido à articulação teoria e prática que a aluna pode realizar em sua formação inicial; segundo, pela oportunidade de desenvolver um estudo que permitirá uma compreensão do ser humano a partir de suas possibilidades e não de suas limitações.

[blockquote quote_type="type3" author_name="" width="50%" float="left"]

É necessário superar o senso comum de que um aluno com síndrome de Down vai à escola para socializar

[/blockquote]

Vera Lúcia, professora da Faculdade de Ciências de Bauru, reforça que é preciso superar o senso comum de que, por exemplo, um aluno com síndrome de Down vai à escola para socializar; isto ocorre sim, mas é papel da escola que todos os alunos se apropriem do conhecimento produzido. “A literatura aponta que uma prática pedagógica permeada pelo lúdico favorece este processo. O contexto da classe comum sempre será de heterogeneidade, assim este projeto sem dúvida terá sua contribuição acadêmica e social”, finaliza.

Área pouco estudada, o trabalho de Mariana tem como objetivo servir de referência para novas pesquisas, além de servir de apoio a professores e alunos no cotidiano escolar de um aluno com síndrome de Down. A pesquisa da estudante ainda não foi concluída. Tem previsão para ser entregue em dezembro de 2015.



Janelas da alma – Oscar D’Ambrosio

As fotografias de Ilana Bar podem ser vistas como um relato pessoal. Afinal, seus tios, gêmeos, e o irmão, com síndrome de Down, a levaram a conviver com uma realidade que muitos preferem ignorar ou ver de longe. Com suas fotografias, ocorre o inverso. Há um mergulho denso na construção de janelas de almas. Mas

as suas imagens não são apenas fruto dessa convivência. A maneira de tratar o espaço merece especial atenção. Ocorre um diálogo permanente das pessoas com o entorno. Essa interação gera alguns dos melhores momentos da série Sobre Viver. O conjunto trata da existência daquele que, por ser diferente, é igual. Se é olhando o outro que nos encontramos, o trabalho de Ilana lida o tempo todo com o duplo. São gêmeos que aparecem, mas há também espelhos e reflexos. A indagação quem sou eu e quem é o outro se multiplica nas incertezas e inseguranças do observador: por que eles e não eu? Talvez porque eles são nós, e nós somos eles. Não se trata de um mero jogo de palavras. Os retratados surgem em meio a diversos espaços numa jornada lúdica, fantástica e misteriosa. Cada foto é um convite a reflexões e indagações. Trata-se de um exercício crítico do olhar que estimula um diferente pensar. E não estamos falando aqui da síndrome de Down, mas da jornada vivencial de cada um de nós..